

Conti, Sâmia, Petta e Orlando Silva acionam MPs por suspensão do data center de R\$ 5 bi

Prefeitura confirma 12 anos de isenção fiscal; parlamentares pedem investigação em projeto

Por **Moara Semeghini**

A instalação do mega data center de inteligência artificial na Fazenda Pau D'Alho, no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, virou alvo de uma forte ofensiva jurídica. A vereadora Mariana Conti (PSOL) e a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) protocolaram representações no Ministério Público Estadual (MP-SP) e no Federal (MPF) cobrando inspeção urgente, apuração de irregularidades no licenciamento e a suspensão de intervenções no terreno de quase 1 milhão de metros quadrados. Na mesma linha, o vereador Gustavo Petta (PCdoB) e o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) acionaram o MP-SP com uma Notícia de Fato.

Em resposta aos questionamentos, a Prefeitura de Campinas alegou que os alvarás atuais tratam apenas de uma subestação e confirmou a concessão de 12 anos de isenção de impostos municipais para a empresa Terra Nova 1500 Ltda. Anunciado com investimento inicial de R\$ 5 bilhões, podendo chegar a R\$ 20 bilhões, o projeto da TERRANOVA e da gestora Actis prevê ocupar 944 mil m² no Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS).



Mariana Conti, Sâmia Bomfim, Gustavo Petta e Orlando Silva: suspensão do data center de R\$ 5 bilhões

PENDÊNCIAS AMBIENTAIS E RISCOS HÍDRICOS

Nas representações, os parlamentares do PSOL apontam contradição no cronograma: o projeto urbanístico foi deferido em 20 de agosto e os Alvarás de Aprovação e Execução saíram no dia seguinte, embora a última publicação oficial registrasse nove grupos de exigências ambientais pendentes, incluindo água, esgoto, drenagem, Área de Preservação Permanente (APP) e patrimônio cultural.

“Um empreendimento para

inteligência artificial precisa demonstrar, antes de avançar, quanto consumirá de água e energia, qual a origem dos recursos e como será tratado o calor residual. A análise de impacto não pode ser secundarizada”, afirmam Mariana e Sâmia. Mariana Conti complementa que Campinas não pode “receber uma obra irreversível primeiro e discutir as consequências depois”.

Pelo PCdoB, Gustavo Petta alerta para o estresse hídrico na bacia dos rios PCJ, citando estimativas de consumo de até

3,24 milhões de litros de água por dia para resfriamento e demanda energética de 400 MW. Petta também critica os incentivos tributários: “O prefeito promete 3,6 mil empregos, mas a maioria é temporária, enquanto a prefeitura concede 12 anos de isenção sem contrapartida clara em postos qualificados”.

A representação no MP-SP pede inquérito civil, notificação ao GAEMA/PCJ e inspeção técnica urgente com possibilidade de embargo. No MPE, o foco é a conexão do

complexo à Rede Básica nacional de energia e eventual fracionamento do licenciamento ambiental.

PREFEITURA

Procurada, a Prefeitura de Campinas informou que os alvarás publicados referem-se exclusivamente à implantação de uma subestação de energia elétrica (1,5 mil m²). A administração revelou que a Licença Ambiental Prévia e de Instalação (LP/LI nº 030/2026-II) foi emitida em 18 de agosto pela própria Secretaria Municipal do Clima. O Executivo confirmou ainda o pacote de isenções fiscais por 12 anos com base na Lei 16.174/2021, que desonera ITBI, IPTU, ISSQN da obra e taxas de aprovação, além de aplicar alíquota reduzida de 2% para ISSQN operacional.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

Moradores de Barão Geraldo manifestam apreensão com ruídos contínuos dos geradores e a sobrecarga sobre os recursos hídricos. A Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente convocou um Debate Público para este sábado (29/08), às 11h, no Palco da Praça do Coco, em Barão Geraldo, para discutir os impactos do projeto com a comunidade.

Câmara aprova obrigatoriedade de microchip em pitbulls

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas deu mais um passo na legislação que regulamenta a posse e o manejo de cães na cidade. Em sessão ordinária realizada nesta quarta-feira (26), os vereadores aprovaram, em primeira discussão, o projeto de lei que torna obrigatória a identificação por microchip e o cadastro oficial de cães da raça pitbull e de seus cruzamentos.

A proposta, apresentada por meio de um Substitutivo Total ao Projeto de Lei nº 263/25, é de autoria dos vereadores Hebert Ganem (Podemos) e Permínio Monteiro (PSB). O texto altera o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos de Campinas para

criar o Programa Municipal de Identificação e Microchipagem Obrigatória da raça.

De acordo com o projeto, todos os pitbulls residentes no município deverão ser registrados em um banco de dados oficial mantido pela administração municipal. O microchip conterá dados do animal (nome, sexo, idade e características) e do responsável (nome, endereço e telefone), além da identificação do médico-veterinário aplicador. O tutor será obrigado a manter as informações atualizadas em casos de mudança de endereço, transferência de propriedade, castração ou óbito. Enquanto a alteração não for informada, o antigo responsável continuará respondendo legalmente por eventuais atos do cão.

“Existe um preconceito



Proposta é dos vereadores Hebert Ganem (à esq.) e Permínio Monteiro (em pé)

contra a raça, mas o comportamento do animal depende da criação e da socialização. O projeto vai ajudar a responsabilizar quem pratica maus-tratos e abandono”, defendeu o vereador Permínio Monteiro no plenário.

FOCINHEIRA E MICROCHIP

A aprovação da microchipagem ocorre apenas dois dias após a Câmara aprovar o polêmico projeto de lei que restringe a circulação e obriga o uso de focinheira em raças específicas, medida que gerou forte reação de protetores e médicos-veterinários pela falta de consulta prévia ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) e pelos riscos de superaquecimento dos animais em dias quentes.